

“Projeto da conversão deve ficar fora do acerto com credores”

por Fernando Canzian
de São Paulo

“O projeto de conversão da dívida externa em investimentos de risco deve ficar fora do âmbito da negociação da dívida externa, pois temo que a negociação seja morosa e atrase os investimentos”, afirmou, na sexta-feira, Roberto Teixeira da Costa, presidente da Brasilpart, empresa de participações e risco, no seminário “Conversão da Dívida em Novos Empreendimentos Turísticos”, na FIESP, que contou com a participação de empresários, políticos e banqueiros nacionais e internacionais.

Teixeira da Costa, que já tem uma empresa especializada na conversão da dívida em investimentos prestes a operar, disse que a “demora na regulamentação da conversão está sendo causada por uma disputa política no governo entre as tendências privatizantes e estatizantes”. Na sua visão, a conversão deve trazer de volta para o setor privado os recursos tomados durante a contração da dívida externa pelo setor público.

O vice-presidente do Chase Manhattan Bank no Brasil, Roger Philip Hipkind, disse que para que a meta de crescimento econômico pretendida pelo Plano Macroeconômico seja cumprida, o Brasil necessita de recursos externos. Para Hipkind, o Brasil tem condições de internar entre US\$ 3 bilhões ao ano na forma de conversão, dos quais o Chase Manhattan Bank poderia participar com 10% desse total. Para ele, a internação desses recursos responderia por 10% do total dos investimentos do setor privado.

Os banqueiros internacionais presentes ao evento ressaltaram que o Brasil deve dar vantagens fiscais e cambiais aos bancos interessados na conversão, e descartaram a possibilidade de alocar créditos com grandes deságios. “Nos programas de conversão abrimos mão dos nossos créditos concedidos e os colocamos em risco”, justificou Ragnhild Melzi, vice-presidente do Manufacturers Hanover Trust, membro do comitê do banco para gerenciamento de projetos de conversão na América Latina.

Melzi salientou também que o governo brasileiro deve autorizar os credores a remeterem lucros ou dividendos ao exterior sempre que quiserem, e ter, para isto, dólares disponíveis.

Gilberto Dupas, ex-presidente do Banespa e presidente da Grano EPC, empresa de consultoria econômica, afirmou que a conversão da dívida em investimentos e o pagamento simbólico dos juros da dívida são os principais instrumentos de negociação que o Brasil possui. Para Dupas, se a conversão estiver aliada ao gerenciamento eficiente da política monetária, o Brasil não enfrentará problemas de aumento de liquidez no mercado e expansão da base monetária.

Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), o Brasil deve internacionalizar seus investimentos “seguindo a tendência dos países desenvolvidos”. Citou os Estados Unidos, que em 1986 receberam US\$ 26 bilhões de investimentos externos, e ressaltou que o Brasil não tem poupança interna suficiente para crescer ao nível de 6% ao ano.